

Balanco de pagamentos Economistas consideram a hipótese da desvalorização do real como ajuste

Contas externas limitam o crescimento

André Perosa
De São Paulo

A vulnerabilidade das contas externas é apontada por muitos economistas como o maior constrangimento ao crescimento econômico nos próximos anos. As sucessivas más notícias quanto à balança comercial não causam preocupações de curto prazo, mas há o temor de que, a médio prazo, tenha que haver um ajuste para fechar o balanço de pagamentos. A variável: a taxa de câmbio, que se desvalorizaria e frearia o crescimento.

Para Marcelo Carvalho, economista-chefe do JP Morgan, o fato de o Brasil estar conseguindo financiar mais do que 100% do seu déficit nas transações correntes com investimentos estrangeiros diretos não dá margem a preocupações hoje. "A médio prazo, no entanto, o equilíbrio externo vai depender do tamanho dos superávits comerciais", afirma.

A hipótese de o Brasil não conseguir compensar, daqui a alguns anos, os crescentes pagamentos de serviços com um maior saldo na balança comercial, não é a mais provável para Carvalho nem para a maioria de

seus colegas de profissão. Entretanto, se ela tornar-se realidade, o economista acredita que o real se desvalorize frente ao dólar. "É a maneira de tornar as exportações mais competitivas e desestimular importações", diz.

O dólar mais caro, por sua vez, traria pressões inflacionárias, com os preços dos produtos importados mais altos. "Isso provavelmente obrigaria o governo a aumentar os juros para esfriar a economia", afirma Carvalho.

A desaceleração da economia completaria o ajuste, ao diminuir a demanda interna por produtos importados e aumentar o excedente exportável.

"Uma desvalorização do real também aliviaria os gastos da balança de serviços", opina André Lões, economista-chefe do Banco Santander. Remessas de lucros e dividendos, entre outros fluxos, diminuiriam.

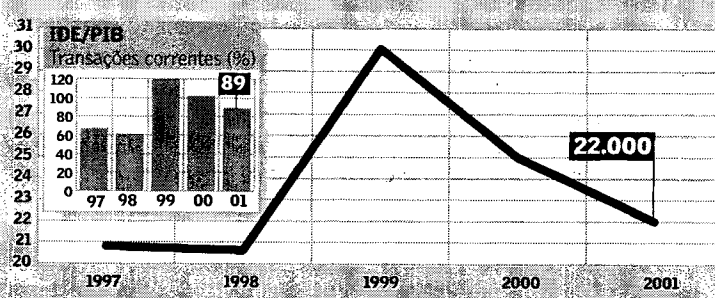
O mercado financeiro espera para este ano e para o próximo déficits de cerca de US\$ 24 bilhões nas transações correntes do, puxados pelas remessas de juros e lucros e pela reação ainda incipiente da balança comercial. "O piso desse déficit nos próximos anos é de mais de US\$ 20 bi-

Pedra no sapato

Resultados das contas das transações correntes (em US\$ milhões)

	1997	1998	1999	2000*	2001*
1) Balança comercial	-6 843	-6 594	-1 210	1 800	3 000
Exportações	52 994	51 140	48 011	54 600	59 600
Importações	-59 837	-57 734	-49 222	-52 800	-56 600
2) Balança de serviços	-26 279	-28 800	-25 884	28 000	-29 700
Juros	-10 388	-11 947	-15 270	-15 800	-16 000
Lucros e dividendos	-5 597	-7 181	-4 099	-4 900	-5 500
Viagens internacionais	-4 377	-4 146	-1 460	-2 000	-2 500
Outros serviços	-5 917	-5 526	-5 055	-5 300	-5 700
3) Transferências unilaterais	2 216	1 778	2 032	1 800	2 000
4) Transações correntes: 1+2+3	-30 906	-33 615	-25 063	-24 400	-24 700

Investimento Direto Externo - em US\$ milhões



Fontes: Banco Central e bancos de investimento. (*) previsão

lhões", afirma o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Esse valor representa o quanto o Brasil terá que pagar ao exterior por comprar mais bens e serviços do que vende lá fora, além de remunerar o estoque de inves-

timentos e empréstimos estrangeiros. E tem que ser financiado de alguma maneira.

Hoje já se espera que o saldo da balança comercial fique abaixo de US\$ 2 bilhões em 2000. No começo do ano, se falava em mui-

to mais. Aumentar o superávit comercial é visto por dez em cada dez economistas como a única forma de o Brasil manter equilibradas suas contas nos próximos anos, compensando os déficits estruturalmente crescentes na balança de serviços.

Os resultados negativos na balança de serviços, que inclui os gastos com juros e dividendos, tendem a tornar-se maiores. "Os investimentos diretos, que têm entrado no país maciçamente desde o início do Plano Real, devem gerar remessas crescentes de lucros para os países de origem", afirma o economista Paulo Rabello de Castro.

Para ele, o volume de novos investimentos também tende a diminuir. "Não é possível nem desejar manter o mesmo nível dos anos passados, que foi estimulado pela privatização e a desnacionalização do parque produtivo", acredita. O mercado financeiro já espera que o volume de investimentos diretos caia dos US\$ 30 bilhões de 1999 para cerca de US\$ 25 bilhões este ano, e US\$ 22 bilhões em 2001.

No entanto, Rabello acha que o país nunca esteve tão próximo de diminuir sua fragilidade ex-

terna e eliminar essa restrição a um crescimento maior. "Os fundamentos da economia estão bons, e o risco Brasil pode baixar lá fora, aliviando os gastos com juros", diz.

Lões, do Santander, acha provável que o real sofra alguma desvalorização nos próximos anos. Para ele, o tamanho do superávit comercial do país depende dos preços internacionais das commodities, que estão em baixa. "Se as cotações não voltarem a um patamar razoável, como estavam em 1997, os superávits não serão muito grandes nos próximos anos", afirma.

Apesar de otimista com a disciplina fiscal do governo e com a inflação baixa, ele concorda com o fato de que o país não pode crescer a taxas maiores que 4,5% nos próximos anos, devido à restrição do balanço de pagamentos. "O Brasil sempre teve uma restrição externa grande e sempre dependeu do preço das commodities, ao longo da sua história", afirma.

Octavio de Barros, economista-chefe do banco BBVA, acredita que a redução dos déficits nas transações correntes depende da aprovação da reforma tributária.

16 AGO 2000

Valor Econômico